



FIOCRUZ

# **Concurso Público Fiocruz 2023**

**Tecnologista em Saúde Pública**

**Prova Objetiva e Discursiva**

**TE90 - Médico do Trabalho**





# Prova Objetiva

**01.** A Convenção 190 da OIT estabeleceu novas normas globais com o objetivo de acabar com a violência e o assédio no mundo do trabalho. No tocante às medidas de aplicação e reparação a serem tomadas por cada país membro da OIT, avalie se são verdadeiros(V) ou falsos (F) os seguintes enunciados:

- I - Garantir o fácil acesso a mecanismos e procedimentos seguros como a proteção contra a vitimização ou retaliação contra os queixosos, as vítimas, as testemunhas e denunciantes.
- II - Proteger a privacidade e a confidencialidade dos indivíduos envolvidos.
- III - Priorizar mecanismos de resolução de conflitos no âmbito do local de trabalho ao invés de prever sanções jurídicas.

Os enunciados I, II e III são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

**02.** A Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável da ONU possui 17 Objetivos e 169 metas. O objetivo 8 trata da “promoção do crescimento econômico sustentado, do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos.” Das metas estabelecidas para este objetivo a correta é:

- (A) sustentar o crescimento econômico per capita e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 20% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos.
- (B) atingir níveis mais elevados de produtividade das economias periféricas por meio da especialização tecnológica por país, inclusive por meio de um foco em setores de baixo valor agregado e dos setores menos intensivos em mão de obra.
- (C) fortalecer a capacidade das instituições financeiras internacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.
- (D) até 2030, alcançar o pleno emprego prioritariamente para as pessoas com deficiência e logo após, nos 10 seguintes, priorizar as mulheres negras e indígenas.
- (E) proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

**03.** A Lei nº 8.080/1990, conhecida como lei orgânica da saúde, estabeleceu que a saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores. Fazem parte destas atividades, EXCETO:

- (A) execução de ações de saneamento básico urbano visando melhorar as condições de moradia dos trabalhadores informais.
- (B) participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.
- (C) revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, tendo na sua elaboração a colaboração das entidades sindicais.
- (D) a garantia ao sindicato dos trabalhadores de requerer ao órgão competente a interdição de todo ambiente de trabalho, quando houver exposição a risco iminente para a vida ou saúde dos trabalhadores.
- (E) avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde.

**04.** A Portaria nº 1.823/2012 do Ministério da Saúde institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT). No tocante à implementação dessa Política, observe as seguintes afirmativas:

- I - Dever-se-á considerar a articulação entre o conhecimento técnico e os saberes, experiências e subjetividade dos trabalhadores e destes com as respectivas práticas institucionais.
- II - Todos os trabalhadores, homens e mulheres, independentemente de sua localização, urbana ou rural, de sua forma de inserção no mercado de trabalho, formal ou informal, de seu vínculo empregatício, público ou privado, assalariado, autônomo, temporário, aprendiz, estagiário, exceto aposentados e desempregados, são sujeitos desta Política.
- III - Pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade, como aqueles inseridos em atividades informais e precárias de trabalho, em atividades de maior risco para a saúde, submetidos a formas nocivas de discriminação, ou ao trabalho infantil, deverão ser priorizados.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas I está correta
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e III estão corretas.
- (D) apenas I e II estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**05.** São estratégias da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT), EXCETO:

- (A) análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores.
- (B) estruturação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) no contexto da Rede de Atenção à Saúde.
- (C) fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial, envolvendo, quando couber, os Ministérios do Meio Ambiente, do Trabalho e do Emprego, da Previdência Social, o SUS e o Ministério Público.
- (D) precedência de ações de assistência aos trabalhadores acidentados sobre as ações de promoção aos trabalhadores saudáveis.
- (E) desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, incluindo o apoio à capacitação voltada para os interesses do movimento social, movimento sindical e controle social, em consonância com as ações e diretrizes estratégicas do SUS.

**06.** Considerando a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST, avalie se são verdadeiras(V) ou falsas (F) as seguintes afirmativas:

- I - Compete ao Ministério da Previdência Social, por intermédio do INSS, realizar ações de reabilitação profissional.
- II - Cabe ao Ministério do Trabalho e Emprego supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com a inspeção dos ambientes de trabalho e respectivas condições de trabalho.
- III - A promoção da saúde, a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e a assistência integral à saúde do trabalhador são os objetivos da PNSST.

As afirmativas I, II e III são respectivamente:

- (A) V, V e V.
- (B) V, V e F.
- (C) V, F e F.
- (D) F, V e V.
- (E) F, F e F.

**07.** O Ministério da Saúde estabeleceu em 2014 um conjunto de diretrizes de implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) no SUS. Considerando os princípios contidos nestas diretrizes, é correto afirmar que:

- A) integralidade significa a integração de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças, de tratamento e de reabilitação.
- B) princípio da precaução compreende a não interferência em cadeias produtivas que podem gerar risco de demissão em massa de trabalhadores.
- C) participação Social diz respeito à garantia de participação dos trabalhadores na implementação de um plano de ação após a realização do diagnóstico elaborado por técnicos responsáveis pela VISAT.

D) integração interinstitucional pressupõe a integração das instâncias internas ao SUS.

E) caráter transformador pressupõe processo pedagógico que requer a participação dos sujeitos e implica em assumir compromisso ético em busca da melhoria dos ambientes e processos de trabalho.

**08.** As diretrizes de implantação da VISAT no SUS de 2014 também estabeleceram critérios para a definição de ações de vigilância. Em relação a estes critérios, observe as afirmativas abaixo:

- I - A priorização social estabelece o atendimento de questões priorizadas pelos movimentos sociais como critério de planejamento de ações de vigilância.
- II - Abordagem territorial consiste em uma observação socioespacial e de intervenção por varredura, em pequena área geográfica previamente delimitada (setor censitário, distrito de saúde, bairro, distrito industrial, município etc.)
- III - A abordagem por ramo de atividade econômica deve integrar a análise em atividades de risco no âmbito de um setor produtivo, em uma ação que deve abranger o conjunto de empresas de um determinado ramo.

Das afirmativas acima:

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I está correta
- (D) apenas I e III estão corretas.
- (E) apenas I e II estão corretas.

**09.** São valores fundantes no processo de efetivação da Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS:

- A) a cidadania plena, a ética, a solidariedade, a felicidade, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade e a inclusão social.
- B) a ética, a solidariedade, a paz social, a inclusão social, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade e a transparência.
- C) o respeito às diversidades, a inclusão social, a intersectorialidade, a solidariedade, a justiça, a felicidade, a humanização e a corresponsabilidade.
- D) a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades, a humanização, a corresponsabilidade, a justiça e a inclusão social.
- E) a humanização, a solidariedade, a felicidade, a ética, a inclusão social, a corresponsabilidade, a integralidade e o respeito às diversidades.

**10.** A Política Nacional de Promoção da Saúde estabelece os seguintes temas prioritários, EXCETO:

- A) alimentação adequada e saudável.
- B) enfrentamento do uso abusivo de álcool e de outras drogas.
- C) saneamento básico.
- D) promoção da cultura da paz e dos direitos humanos.
- E) promoção do desenvolvimento sustentável.

**11.** Desde de 2017 a CLT tem sido modificada por leis que visam adequar a legislação às novas relações de trabalho, como a prestação de serviços em regime de teletrabalho. Considerando estas recentes alterações da CLT, avalie se são verdadeiros(V) ou falsos (F) as seguintes afirmativas:

- I - O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho.
- II - É proibido a adoção do regime de teletrabalho para estagiários e aprendizes.
- III - As despesas com a aquisição e a manutenção dos equipamentos tecnológicos e da infraestrutura necessária à prestação do trabalho remoto serão integradas à remuneração do empregado.

As afirmativas I, II e III são respectivamente:

- (A) V, V e V
- (B) V, V e F
- (C) V, F e F
- (D) F, V e V
- (E) F, F e F

**12.** Considerando as disposições gerais das Normas Regulamentadoras – NR relativas à segurança e saúde no trabalho e descritas na NR- 01, é correto afirmar que:

- (A) as NR aplicam-se exclusivamente, nos termos da lei, aos empregadores e empregados urbanos.
- (B) as NR são de observância obrigatória pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, mesmo que não possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (C) não cabe ao trabalhador submeter-se aos exames médicos previstos nas NR, pois sua participação é voluntária.
- (D) o trabalhador poderá interromper suas atividades quando constatar uma situação de trabalho que envolva um risco grave e iminente para a sua vida e saúde, desde que avise seu superior hierárquico com antecedência de uma hora.
- (E) as organizações obrigadas a constituir CIPA devem adotar medidas com vistas à prevenção e ao combate ao assédio sexual e às demais formas de violência no âmbito do trabalho.

**13.** A NR-15 estabelece as atividades que devem ser consideradas insalubres, gerando direito ao adicional de insalubridade aos trabalhadores. Segundo essa Norma, é correto afirmar que:

- (A) o exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional incidente sobre o seu salário bruto.
- (B) são consideradas atividades ou operações insalubres as realizadas no transporte e armazenagem de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos.
- (C) a avaliação da insalubridade de atividades realizadas sob exposição ocupacional ao benzeno deve ser feita considerando os limites de tolerância para este agente químico.
- (D) atividades que envolvem agentes biológicos devem ser avaliadas qualitativamente e não por limite de tolerância.
- (E) Em operações onde trabalhadores são expostos às radiações ionizantes não há limite de tolerância, devendo a insalubridade ser estabelecida apenas de forma qualitativa.

**14.** A Lei nº 9.029/1995 proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. No tocante a esta lei, observe as seguintes afirmativas:

- I - Instituições privadas podem oferecer serviços de planejamento familiar desde que estejam submetidas às normas do Sistema Único de Saúde (SUS).
- II - A exigência de exame de gravidez é permitida excepcionalmente em atividades onde seja constatado grau máximo de insalubridade.
- III - É proibida a adoção de qualquer prática limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ressalvadas as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas na Constituição Federal.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas I está correta.
- (B) apenas I e III estão corretas.
- (C) apenas II está correta.
- (D) apenas I e II estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**15.** A Portaria Normativa nº 03/2010 estabelece orientações básicas sobre a Norma Operacional de Saúde do Servidor (NOSS) aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Segundo essa Norma, é correto afirmar que a(o):

- (A) processo de trabalho é a realização de atividades desenvolvidas, individualmente ou em equipe, constituindo-se num conjunto de recursos e atividades que transformam insumos e produzem serviços e que pode interferir na saúde física e psíquica do servidor.
- (B) ambiente de trabalho inclui o modo como o trabalho é estruturado e gerenciado desde sua concepção até a sua finalização.
- (C) organização de trabalho compreende o conjunto de bens, instrumentos e meios de natureza material e imaterial, no qual o servidor exerce suas atividades laborais.
- (D) prevenção é o conjunto de ações articuladas de forma participativa com o objetivo de produzir um ambiente de trabalho saudável.
- (E) acidente em serviço é o evento súbito do qual possa resultar ou não, dano físico ou psíquico ao servidor, relacionado com as atribuições da função exercida, e causado por ato inseguro do servidor.

**16.** No tocante à Norma Operacional de Saúde do Servidor-NOSS, observe as seguintes afirmativas:

- I - O planejamento, a operacionalização e a avaliação das ações de promoção e vigilância à saúde serão subsidiados pelas informações epidemiológicas.
- II - A Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) é um ato fundamental para a efetivação desta norma.
- III - As principais estratégias para a implementação da NOSS são as avaliações dos ambientes e processos de trabalho, o acompanhamento da saúde do servidor e as ações educativas em saúde pautadas na metodologia de pesquisa-intervenção.

Das afirmativas acima:

- (A) apenas I está correta
- (B) apenas II está correta.
- (C) apenas I e II estão corretas.
- (D) apenas I e III estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**17.** A Política Nacional de Humanização (PNH) existe para efetivar os princípios do SUS no cotidiano das práticas de atenção e gestão, qualificando a saúde pública no Brasil e incentivando trocas solidárias entre gestores, trabalhadores e usuários. Uma das diretrizes da PNH é a Clínica Ampliada, que tem por objetivo:

- (A) tomar a remissão de sintoma e a cura como seu alvo, pois muitas vezes ao atendimento dos usuários ocorre de maneira não resolutive.
- (B) realizar a avaliação diagnóstica dos usuários priorizando a objetividade, mas levando em consideração aspectos epidemiológicos prevalentes do território.
- (C) definir a intervenção terapêutica levando em consideração predominantemente os aspectos orgânicos, mas de acordo com uma clínica baseada em evidências.
- (D) produzir saúde e ampliar o grau de autonomia dos sujeitos.
- (E) considerar os problemas sociais e emocionais como objeto de trabalho dos profissionais de saúde que deverão atuar de forma multidisciplinar, mas dentro dos limites de suas especialidades.

**18.** Para a implementação das diretrizes da PNH foram desenvolvidos os seguintes dispositivos, EXCETO:

- (A) Visita Aberta e Direito à Acompanhante.
- (B) Programa de Formação em Saúde do Trabalhador.
- (C) Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.
- (D) Colegiado Gestor.
- (E) Acolhimento com Classificação de Riscos.

**19.** A Lei nº 8.213/1991 estabelece as regras do Regime Geral de Previdência Social. Considera acidente de trabalho o fato ocorrido pelo exercício do trabalho que provoca lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução da capacidade para o trabalho. No tocante a esta Lei, é correto afirmar que:

- (A) a doença profissional não é considerada como acidente de trabalho.
- (B) em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação oficial de doenças relacionadas ao trabalho resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho.
- (C) o acidente sofrido no local e no horário do trabalho em consequência de desabamento, inundação e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior não são equiparados ao acidente de trabalho.
- (D) o acidente ocorrido fora do local e horário de trabalho não é equiparado ao acidente de trabalho quando o trabalhador presta espontaneamente um serviço à empresa para lhe evitar prejuízo.
- (E) considera-se como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, exclusivamente o dia em que for realizado o diagnóstico.

**20.** A Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.360/2022 estabelece orientações acerca da concessão, manutenção e pagamento dos benefícios de aposentadoria no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS da União. Considerando estas orientações, é correto afirmar que:

- (A) o servidor com deficiência poderá se aposentar com tempo de contribuição reduzido e proporcional ao grau de deficiência: grave, moderada ou leve.
- (B) é incompatível ao servidor aposentado por incapacidade permanente para o trabalho exercer atividade na iniciativa privada, exceto nos casos em que ele seja considerado apto no exame admissional da empresa contratante.
- (C) o servidor aposentado que voltar a exercer atividade que denote a recuperação da capacidade laboral, terá a aposentadoria por incapacidade permanente cassada de ofício e sem direito à ampla defesa e ao contraditório.
- (D) são considerados como tempo de serviço no cargo efetivo, para fins de aposentadoria, a licença para tratamento da própria saúde, até o limite de 12 meses.
- (E) será assegurado, sem restrições, o direito do servidor se aposentar voluntariamente, mesmo que esteja respondendo a Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

**21.** De acordo com o código de ética médica, é vedado ao médico:

- (A) revelar sigilo profissional relacionado à paciente criança ou adolescente, desde que estes tenham capacidade de discernimento, inclusive a seus pais ou representantes legais, salvo quando a não revelação possa acarretar dano ao paciente.
- (B) ajustar previamente com o paciente o custo estimado dos procedimentos.
- (C) guardar o sigilo profissional na cobrança de honorários por meio judicial ou extrajudicial.
- (D) fornecer laudo médico ao paciente ou a seu representante legal, quando aquele for encaminhado ou transferido para continuação do tratamento ou em caso de solicitação de alta.
- (E) deixar de realizar exames médico-periciais de corpo de delito em seres humanos, no interior de prédios ou de dependências de delegacias de polícia, unidades militares, casas de detenção e presídios.

**22.** A emenda constitucional nº 103 relata que é vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios previdenciários, ressalvada, nos termos de lei complementar, a possibilidade de previsão de idade e tempo de contribuição distintos da regra geral para concessão de aposentadoria, exclusivamente em favor dos segurados:

- (A) com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por profissional médico.
- (B) cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes de risco ocupacional, caracterizados principalmente pela categoria profissional ou ocupação que exerça.
- (C) cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes.
- (D) submetidos a situações de violência em ambiente de trabalho (assédio moral).
- (E) com laudo médico que identifique desenvolvimento de patologia ocupacional de qualquer natureza e gravidade.

**23.** A afirmação correta sobre as diretrizes para a ressuscitação cardiopulmonar (RCP) nos procedimentos de Suporte básico e avançado de vida para adultos, de acordo com a American Heart Association (2020), é:

- (A) a desfibrilação sequencial dupla (prática de aplicar choques quase simultâneos usando dois desfibriladores) para ritmo chocável refratário aumenta a probabilidade de êxito na RCP.
- (B) o acesso IM (intramuscular) deve ser considerado, se as tentativas para acesso IV (intravenoso) não forem bem-sucedidas ou não forem viáveis.
- (C) a administração precoce de epinefrina mostrou-se indiferente no índice de sobrevivência do paciente em Parada Cárdio Respiratória (PCR) em qualquer situação.
- (D) o risco de esperar para realizar a RCP em uma vítima sem pulso é maior que o dano por compressões torácicas desnecessárias.
- (E) a reabilitação pós PCR deve ser curta e imediata, logo após a hospitalização inicial, para minimizar sequelas físicas, cognitivas e psicossociais.

**24.** A realização dos exames médicos periódicos dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, observará o disposto no Decreto nº 6.856/2009, é correto afirmar que:

- (A) a realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, aumento da produtividade pela redução do absenteísmo e redução da incidência de doenças ocupacionais ou profissionais.
- (B) os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos complementares a cada seis meses.
- (C) o pacote de exames complementares é definido por este Decreto (nº 6.856/2009), não sendo permitido o acréscimo de outros exames, configurando-se, neste caso, dano ao erário público.
- (D) os exames médicos periódicos devem ser realizados a cada dois anos para trabalhadores entre dezoito e cinquenta anos.
- (E) ao servidor é vedado se recusar a realizar os exames periódicos visto que, a maior responsabilidade por zelar por sua saúde é do próprio servidor.

**25.** O exame periódico dos servidores apresenta uma relação de exames complementares, definidos pelo Decreto nº 6.856/2009. Das opções abaixo, a que apresenta apenas exames relatados no referido Decreto é:

- (A) hemograma completo, glicemia e ácido úrico.
- (B) ureia, creatinina e EAS (Elementos Anormais e Sedimentoscopia).
- (C) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO), ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP) e Gama GT (glutamyltransferase).
- (D) colesterol total, triglicérides e citologia oncótica para mulheres maiores de 40 anos.
- (E) para maiores de cinquenta anos: pesquisa de sangue oculto nas fezes, mamografia (para mulheres) e PSA (para homens).

**26.** Tomando por base o Guia de Vigilância em Saúde em sua 5ª edição, avalie as afirmativas abaixo sobre objetivos da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora:

- I - A garantia da integralidade na atenção à saúde do trabalhador, que pressupõe a inserção de ações de saúde do trabalhador em todas as instâncias e pontos da Rede de Atenção à Saúde do Sistema Único de Saúde.
- II - O fortalecimento da Vigilância em Saúde do Trabalhador e a integração com os demais componentes da vigilância em saúde.
- III - A identificação da situação do trabalho dos usuários nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, com as suas possíveis consequências para a saúde, porém não nas ações de saúde por ter caráter sazonal.
- IV - A garantia da qualidade da atenção à saúde do trabalhador.

Sobre as afirmações acima, é correto afirmar que:

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas II, III e IV estão corretas.
- (C) apenas I, II e IV estão corretas.
- (D) apenas I, III e IV estão corretas.
- (E) todas estão corretas.

**27.** Um trabalhador da área da saúde comparece a um consultório de medicina do trabalho para realizar exame ocupacional. O exame complementar que deve ser solicitado para avaliar a imunidade vacinal do trabalhador para hepatite B é:

- (A) Anti-HAV IgM.
- (B) Anti-HCV.
- (C) Anti-HBc total.
- (D) Anti-HBs.
- (E) Anti-HBe.

**28.** A Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. À luz desta Lei, podemos afirmar que:

- (A) é considerado empregado doméstico aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 3 (três) dias por semana.
- (B) a duração normal do trabalho doméstico não excederá 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.
- (C) o contrato de experiência não poderá exceder 60 (sessenta) dias.
- (D) é vedado ao empregado que reside no local de trabalho, nele permanecer durante as férias.
- (E) é vedada a contratação de menor de 18 (dezoito) anos para desempenho de trabalho doméstico.



**29.** A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). De acordo com esta Lei:

- (A) considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.
- (B) a deficiência pode afetar a plena capacidade civil da pessoa, logo toda pessoa com deficiência tem direito a tratamento diferenciado e privilegiado do Estado.
- (C) os instrumentos para avaliação da deficiência são definidos, independentemente, por cada unidade médica pericial em saúde do trabalhador.
- (D) a avaliação da deficiência considerará os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo, a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação, porém não deve levar em consideração os fatores socioambientais.
- (E) o exame médico-pericial, componente da avaliação da deficiência, deverá ser realizado presencialmente, sendo vedado o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental.

**30.** De acordo com a lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública de 1º de março de 2023, podemos afirmar que o acidente de trabalho:

- (A) está na lista com periodicidade semanal para todos os tipos de acidente.
- (B) está na lista com periodicidade imediata (até 24 horas) para secretaria municipal de saúde (SMS).
- (C) está na lista com periodicidade imediata (até 24 horas) para o ministério da saúde (MS).
- (D) não está na lista, pois apenas as doenças ocupacionais são consideradas de notificação compulsória.
- (E) não está na lista, pois apenas o acidente de trabalho, com exposição a material biológico, é considerado doença ou agravo de notificação compulsória.

**31.** De acordo com a Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.671, de 15 de dezembro de 2022, a perícia oficial por análise documental:

- (A) não tem embasamento legal, sendo vedada sua realização em todas as circunstâncias.
- (B) poderá ser realizada, a critério do perito em avaliações técnicas de licenças por motivo de doença, análise da capacidade laborativa e invalidez.
- (C) poderá ser realizada em licenças para tratamento de saúde do servidor, quando o tempo de espera para a realização da perícia for superior a 15 (quinze) dias corridos, contados do envio do atestado.
- (D) não poderá ser realizada, quando a soma dos períodos das licenças para tratamento de saúde do servidor, ainda que de forma não consecutiva, seja superior a 60 (sessenta) dias, dentro de um período de 12 meses.
- (E) pode ser realizada por médico, porém é vedada sua realização, quando realizada por cirurgião-dentista.

**32.** A licença por motivo de doença em pessoa da família está regulamentada na Portaria SGP/SEDGG/ME nº 10.671, de 15 de dezembro de 2022. Das opções abaixo a que está em acordo com a referida portaria é:

- (A) é vedada sua concessão, através de perícia oficial por telessaúde ou por análise documental, devendo ser realizada por avaliação presencial.
- (B) poderá ser concedida mediante perícia oficial por telessaúde para licenças de até 90 (noventa) dias, no período de 12 (doze) meses, a contar do primeiro dia de afastamento.
- (C) poderá ser concedida mediante análise documental em licenças que não excederem a 60 (sessenta) dias corridos.
- (D) é vedada a concessão mediante perícia oficial singular, sendo necessária a realização de avaliação por junta oficial, composta por dois ou três peritos.
- (E) poderá ser concedida mediante avaliação presencial; avaliação por meio de telessaúde (quando expressamente autorizada pelo servidor); ou por análise documental.

**33.** De acordo com a Resolução CFM nº 1.851/2008, que normatiza a emissão de atestados médicos e dá outras providências, avalie as afirmativas abaixo quanto aos procedimentos que devem ser observados pelo médico assistente na elaboração do atestado médico:

- I - Especificar o tempo concedido de dispensa à atividade, necessário para a recuperação do paciente.
- II - Estabelecer o diagnóstico, quando expressamente autorizado pelo paciente.
- III - Registrar os dados de maneira legível.
- IV - Identificar-se como emissor, mediante assinatura e carimbo ou número de registro no Conselho Regional de Medicina.

- (A) todas estão corretas.
- (B) apenas I, II e III estão corretas.
- (C) apenas I, II e IV estão corretas.
- (D) apenas I, III e IV estão corretas.
- (E) apenas II, III e IV estão corretas.

**34.** Para o estabelecimento do nexos causal entre os transtornos de saúde e as atividades do trabalhador, tomando por base a Resolução CFM nº 2.323, de 6 de outubro de 2022, o médico deve considerar para sua análise:

- (A) a história clínica e ocupacional atual, que é mais decisiva que a pregressa para qualquer diagnóstico e/ou investigação de nexos causal.
- (B) a identificação de riscos previstos nas normas regulamentadoras, físicos, químicos, biológicos, que são mais decisivos que os mecânicos, estressantes e outros.
- (C) a ocorrência de quadro clínico ou subclínico em trabalhadores expostos a riscos semelhantes.
- (D) os conhecimentos e as práticas de outras disciplinas e de seus profissionais, desde que sejam da área da saúde.
- (E) o depoimento e a experiência dos trabalhadores, apenas os com quadro clínico ou subclínico semelhantes, e as chefias responsáveis pelas áreas envolvidas.

**35.** Observando a Resolução CFM nº 2.323, de 6 de outubro de 2022, que dispõe de normas específicas para médicos que atendem o trabalhador, podemos afirmar que:

- (A) os atestados, relatórios e demais documentos apresentados e emitidos por médicos e odontólogos, podem ser considerados pelo médico do trabalho, perito ou junta médica para subsidiar a decisão sobre a capacidade laborativa do trabalhador, sendo neste caso possível dispensar a avaliação clínica.
- (B) aos médicos do trabalho responsáveis pelo PCMSO de empresas é vedado atuar como peritos judiciais, securitários ou previdenciários, nos casos que envolvam a firma contratante e/ou seus assistidos atuais, havendo permissão apenas em seus assistidos passados.
- (C) esta Resolução do CFM também se aplica aos médicos peritos previdenciários.
- (D) é vedado ao médico que presta assistência ao trabalhador realizar exame médico ocupacional, com recursos de telemedicina, sem o exame presencial do trabalhador.
- (E) no que tange ao processo de adaptação ao trabalho, compete ao médico do trabalho avaliar as condições de saúde do trabalhador para determinadas funções e/ou ambientes, e orientar os recursos humanos, a quem compete propor a alocação para trabalhos compatíveis com o atual estado de saúde do trabalhador.

**36.** De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal. 3.ed. Brasília, DF, 2017, é correto afirmar que:

- (A) o laudo pericial compõe peça legal que servirá de base a todo o processo e, portanto, deve conter o diagnóstico do periciado.
- (B) é uma causa de impedimento para atuação do perito oficial em saúde em perícia singular ou em junta, quando a parte for paciente ou ex-paciente do perito.
- (C) na avaliação dos candidatos portadores de deficiência, aprovados em concurso público, a caracterização ou constatação da deficiência será atribuição de profissionais de saúde, determinados de acordo com o tipo de deficiência (médicos, fisioterapeutas, psicólogos etc).
- (D) a perícia deve estar integrada a outras ações que visem à recuperação, à manutenção da saúde do servidor e ao seu retorno ao trabalho; logo o perito deve indicar alternativas terapêuticas para que o periciado encurte seu afastamento.
- (E) a equipe multiprofissional de suporte à perícia oficial em saúde é composta exclusivamente por médicos de diferentes especialidades.

**37.** De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal. 3.ed. Brasília de 2017, as doenças especificadas em Lei são aquelas citadas nominalmente em legislações específicas e que garantem direitos diferenciados aos seus portadores. Tomando por base este manual, das patologias abaixo, a que NÃO se apresenta como uma doença especificada em Lei é:

- (A) alienação mental.
- (B) doença de Parkinson.
- (C) hepatopatia grave.
- (D) mucoviscidose – fibrose cística.
- (E) surdez ocupacional.

**38.** Segundo o Guia de Vigilância em Saúde - 5ª edição, revisada e atualizada (2022), das situações abaixo, a que pode ser considerada um caso suspeito de dengue é:

- (A) indivíduo adulto reside em área onde se registram casos de dengue, está sem febre, com náuseas e vômitos.
- (B) indivíduo adulto reside em área sem registros de casos de dengue, porém viajou há 30 dias para área com ocorrência de transmissão de dengue, apresenta febre e mialgia.
- (C) indivíduo adulto viajou nos últimos 14 dias para área com presença de *Aedes aegypti* e encontra-se com febre, dor retro-orbital e petéquias.
- (D) indivíduo adulto viajou nos últimos 14 dias para área com ocorrência de transmissão de dengue e encontra-se com febre, artralgia e leucocitose.
- (E) indivíduo adulto viajou há 30 dias para área com presença de *Aedes aegypti* e encontra-se sem febre, com cefaleia, náuseas e vômitos.

**39.** Sobre a vacinação contra o tétano, tomando por base o programa nacional de imunização e o Guia de Vigilância em Saúde - 5ª edição, revisada e atualizada (2022), é correto afirmar que:

- (A) em indivíduos em idade adulta com esquema vacinal incompleto para tétano, é preciso completar o esquema de três doses com dT, considerando as doses anteriores, com intervalo de 60 dias entre as doses.
- (B) a vacinação está indicada para indivíduos em idade adulta não vacinados ou sem comprovação vacinal para tétano, devendo-se administrar três doses da dupla adulto (dT), com intervalo de 30 dias entre as doses.
- (C) em indivíduos com esquema vacinal incompleto para tétano, é preciso reiniciar o esquema de três doses com dT, se estiver com mais de 05 anos da última dose administrada.
- (D) a vacina dTpa adulto (acelular) está indicada para indivíduos com mais de 60 anos, pela melhor relação risco versus benefício.
- (E) em indivíduos com esquema vacinal completo para tétano, com menos de 05 anos da última dose administrada, realizar dose única de reforço e posteriormente a cada 10 anos.

**40.** Tomando por base a Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018 (código de ética médica), é direito do médico:

- I - Recusar-se a exercer sua profissão em instituição pública ou privada, onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar a própria saúde ou a do paciente, bem como a dos demais profissionais.
- II - Indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas cientificamente reconhecidas e respeitada a legislação vigente.
- III - Internar e assistir seus pacientes em hospitais privados e públicos com caráter filantrópico ou não, se fizer parte do seu corpo clínico, respeitadas as normas técnicas aprovadas pelo Conselho Regional de Medicina da pertinente jurisdição.

Sobre as afirmativas acima, pode-se afirmar que:

- (A) apenas I e II estão corretas.
- (B) apenas I e III estão corretas.
- (C) apenas II e III estão corretas.
- (D) todas estão corretas.
- (E) apenas III está correta.

# Prova Discursiva

## QUESTÃO

Discorra, em texto de 50 linhas (no mínimo) e 150 linhas (no máximo), sobre os seguintes pontos:

A - Aspectos diferenciais entre a área de Saúde Ocupacional em que se insere a Medicina do Trabalho e a área de Saúde do Trabalhador, utilizando variáveis históricas, conceituais, epistemológicas, éticas e práticas.

B - As Políticas Nacionais: de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) e a de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

C - A Vigilância em Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (Visat/SUS).

D - A incorporação do saber operário na construção e execução das políticas públicas de saúde no trabalho.

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO

RASCUNHO



RASCUNHO

# INSTRUÇÕES

1. Por motivo de segurança a Fiocruz solicita que o candidato transcreva em letra cursiva, em espaço próprio no Cartão de Respostas da Prova Objetiva, a frase abaixo apresentada:

“As melhores coisas da vida, não podem ser vistas nem tocadas, mas sim sentidas pelo coração.” ( Dalai Lama )

2. Para cada uma das questões da prova objetiva são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E), e só uma responde da melhor forma possível ao quesito proposto. Você só deve assinalar UMA RESPOSTA. A marcação de nenhuma ou de mais de uma alternativa anula a questão, MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS SEJA A CORRETA.

3. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do Cartão de Respostas e a Prova Discursiva. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

4. Verifique se a prova é para o **PERFIL** para o qual concorre.

5. Somente após autorizado o início da prova, verifique se este Caderno de Questões está completo e em ordem. Folhear o Caderno de Questões antes do início da prova implica na eliminação do candidato.

6. Verifique, no **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**, se seu nome, número de inscrição, identidade e data de nascimento estão corretos. Caso contrário, comunique ao fiscal de sala.

7. O **Caderno de Questões** poderá ser utilizado para anotações, mas somente as respostas assinaladas no **Cartão de Respostas da Prova Objetiva** e no **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** serão objeto de correção.

8. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**:

. não haverá substituição por erro do candidato;

. não deixar de assinar no campo próprio;

. não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas;

. a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;

. outras formas de marcação diferentes da que foi determinada acima implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**;

9. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.

10. Você só poderá retirar-se da sala após 60 minutos do início da prova.

11. Quaisquer anotações só serão permitidas se feitas no caderno de questões.

12. Você poderá anotar suas respostas da prova objetiva em área específica do Caderno de Questões, destacá-la e levar consigo.

13. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue ao fiscal todo o seu material de prova.

14. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o **Cartão de Respostas da Prova Objetiva**, o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** e o **Caderno de Questões**.

## 15. Prova Discursiva:

- A questão discursiva deverá ter um limite mínimo de 50 linhas e máximo de 150 linhas.

- Transcreva sua resposta para a parte pautada do **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**. Não assine, rubrique ou coloque qualquer marca que o identifique, sob pena de ser anulado. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará nota ZERO na respectiva prova discursiva.

- O tempo total de duração das provas será de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para o preenchimento da Resposta Definitiva da Questão Discursiva. Nenhum rascunho SERÁ LEVADO EM CONTA.

Boa Prova!

.....  
Ao término da prova, anote aqui suas respostas e destaque na linha pontilhada.

01	<input type="checkbox"/>	09	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	10	<input type="checkbox"/>	18	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	11	<input type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	12	<input type="checkbox"/>	20	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	13	<input type="checkbox"/>	21	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>